

CIVILIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DE FREUD E ADORNO

DAYANNA PEREIRA SANTOS

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Este artigo discute alguns pontos do pensamento de Adorno e Horkheimer e da teoria freudiana, destacando-se a temática da existência e da violência na tensão entre a coletividade e a individualidade. Para tanto, busca-se identificar as raízes do conflito entre as pulsões e a cultura e a forma com que a repressão comparece na civilização. Sob esse marco teórico, a reflexão sobre sujeito-sociedade terá como objetivo realçar tramas e enlaces aparentes e abstrusos operantes no processo civilizatório em resistência e oposição à consubstancialização do sujeito com a realidade exterior e os votos de violência prenunciados pela sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Civilização. Repressão. Violência. Educação. Humanização.

INTRODUÇÃO

A realidade atual é constituída por uma sociedade capitalista, dominadora, imperativa e violenta. Nesse contexto, o imaginário social cria o sujeito ideal, padronizado por uma concepção prévia valorativa em que a diferença, a singularidade, as exceções são elementos de estranhamento, passíveis de exclusão e violência. Nesse modelo de sociedade, os objetos e as emoções humanas tornam-se os produtos mais elaborados de uma cultura que se caracteriza pela crença no individualismo. Isso porque, à luz da concepção freudiana, o ser humano é não gregário (originalmente). Logo,

as relações interpessoais são imprescindíveis. Nessas relações, originam-se os conflitos e estes, por sua vez, trazem à tona os conteúdos latentes de neuroses ou de outras psicopatologias (FREUD, [1930] 2006). Com efeito, a cultura revela-se algo constitutivo do ser humano e, ao mesmo tempo, objeto de hostilidade.

Assim sendo, os sofrimentos psíquicos têm sua origem na forma como os grupos sociais se estabelecem. A esse respeito, sabe-se, a partir de Freud, em *O futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na civilização* (1930), que tais sofrimentos podem advir tanto da forma como as regulações das relações entre os homens se estabelecem quanto do fato de que, no limite, não há conciliação entre os interesses da civilização e dos sujeitos. Essa forma inclui a maneira como os preceitos são ensinados e como as regras são impostas no âmbito familiar, refletindo inconscientemente nas opções e nas preferências do homem. Considerando tal situação, é possível afirmar que, na realidade atual, há inúmeros sujeitos sofrendo, sem saber a quem recorrer, gerando assim um aumento exacerbado da violência nas relações dos homens entre si e propiciando também a indiferença dos sujeitos em relação ao sofrimento dos outros. Nesse contexto, cada vez menos há lugar para a exposição dos sentimentos dolorosos, das dúvidas, dos medos, das angústias, das realidades mutáveis e conflitivas que afligem cotidianamente os sujeitos, colocando-os, inconscientemente, num caminho sem perspectivas.

Na concepção freudiana, o inconsciente não é um órgão ou uma parte do cérebro descoberta. Ele não é a margem, ou a parte mais profunda da consciência, e não se reduz a um saber absoluto, mas a um saber não sabido. Conforme expõe Lacan (1964/1985, p. 32), “o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito, donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo que situaremos provisoriamente na metonímia desnudada do discurso em causa, em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado”. Trata-se de um saber às avessas e de um sujeito descentrado, sempre refeito de acordo com as relações sociais estabelecidas com o outro da linguagem. Essas relações, por sua vez, levam o sujeito a se constituir.

O exposto sugere o comprometimento do processo civilizatório com as operações inconscientes e com as configurações sociais, incluindo, nesse processo, as incertezas, as decepções, as incongruências humanas presentes no *mal-estar na cultura*, as quais também se encontram no cerne do ofício de ensinar. A esse respeito, Freud ([1930] 2006) ressalta que é preciso renunciar a instintos¹ humanos primários para viver em sociedade. O objetivo da civilização não é o prazer, mas a renúncia a ele. Mesmo com a impossibilidade de uma satisfação plena, a vida do sujeito se constitui pela busca incessante da

satisfação do prazer. Conforme Freud, a civilização é contrária às necessidades humanas, pois demanda atos penosos e sofrimentos para o que é agradável e prazeroso. Dessa maneira, o processo civilizatório é cingido pela renúncia e pela insatisfação que os sujeitos sentem vivendo em sociedade. Atualmente, com o desenvolvimento técnico e científico, nota-se que os homens estão alcançando o prazer quase que de forma imediata sem considerar a realidade externa. Nesse caso, ao mesmo tempo em que o prazer é buscado, qualquer expressão de desprazer tende a ser apartada.

Em *Educação e emancipação* (2006), o alemão Theodor Adorno argumenta que a sociedade burguesa está subordinada a um modo universal de adaptação dos homens às formas de domínio social prevaletente. Esse modo, denominado de lei da troca, determina que a produção das relações se configure em circuitos contínuos e pulsionais com o objetivo de formar consumidores de bens. Esse procedimento deu origem à chamada indústria cultural, difundida pelos meios de comunicação e pelas relações de poder. Essa medida cria necessidades supostamente universais, massifica as subjetividades, padroniza as consciências e aliena os sujeitos, suprimindo-lhes a capacidade de reflexão e criticidade. Nesse processo real de alienação, as relações humanas se reificam, por meio de certa expropriação pulsional direta que se serve da atenuação do Eu, da ascensão das patologias narcísicas através da busca por uma satisfação socialmente administrada. Os objetos invadem, conquistam e colonizam a dimensão espiritual do homem moderno, fundador da civilização, transformando-o num ente submisso, violento e alienado à sua própria criação.

Há de se lembrar que a civilização é também expressão de uma violência (interdito às pulsões), que, embora necessária ao desenvolvimento civilizatório no sentido do interdito às pulsões, revela também uma característica da agressividade humana e de suas possibilidades. Afinal, se a cultura fundamenta-se desde o princípio em um ato violento, historicamente a cultura se revela mais suportável do que a violência da força bruta, expressão da agressividade não representada. A violência proveniente das formas do desenvolvimento da civilização vincula-se, inclusive, aos desenvolvimentos da sociedade capitalista. Destarte, a agressividade, em Freud ([1930] 2006), encontra-se no cerne da impossibilidade de conciliação entre sujeito e cultura. Sendo assim, entende-se que a desigualdade econômica, além de ser uma violência em si, também tem o poder de acarretar violências ainda maiores que só reproduzem a lógica de opressão.

Para Adorno (2006), a sociedade capitalista caracteriza-se por ser uma sociedade que anuncia o falso prazer e a privação de direitos. Nesse

espaço, a produção e a reprodução material se expandem, transformando o consumo de mercadorias no principal elemento das relações e das práticas sociais. Contudo, o autor salienta que os ganhos de bem-estar, promovidos pela civilização por meio das comunicações, do transporte, da medicina, da ciência e da tecnologia, laboram como paliativos ao mal-estar do homem. Esse modelo de sociedade promove satisfações substitutivas, as quais operam como prazeres superficiais, gerados pelas facilidades da vida moderna. A indústria cultural envolve de forma exímia a condição do homem moderno. Marcado pela falta, esse homem, sem saber lidar com seu desejo, busca incessantemente, em diferentes instâncias, o cultivo do prazer absoluto. Numa via de mão dupla, complexa e contraditória, a mesma civilização que fixa regras, leis, valores, preceitos e estabelece o modo de subsistência, delineado por um modelo de sociedade que causa o mal-estar na civilização, gera a demanda que ela propõe atender, atingir, realizar, satisfazer.

Nesse sentido, é possível conjecturar que esses modos de subjetivação vigentes na contemporaneidade parecem levar o sujeito a compartilhar de determinados esquemas de comportamento engendrados pela lógica da violência evidenciada na fragilidade dos laços afetivos. Com efeito, a eclosão generalizada da violência desvela uma falência da função do imaginário da proibição e expõe os efeitos devastadores do discurso do capitalismo. Percebe-se que, nesse contexto, o gozo não é mais impossível, pois a via da fantasia não afiança mais que o gozo se restrinja à transgressão da lei. O gozo insurge sob a configuração de um real sem lei, e não contra a lei, na atualidade. Apresenta-se, pois, engendrado pelas vias simbólicas, de forma pura, sem sentido.

Ciente de tal complexidade, Adorno (2006) compreende que a educação emancipatória é o caminho para pensar a sociedade e a escola de forma distanciada do caráter industrial da cultura. Trata-se, paradoxalmente, de compreender a racionalidade desse caráter para refletir sobre as possibilidades de formação de sujeitos críticos e emancipados. Segundo Adorno, com esse distanciamento, o processo educacional pode favorecer a formação de sujeitos críticos e emancipados; sujeitos capazes de “controlar” o impulso destrutivo que lhes é inerente. Conforme expõe o referido autor (1995), a única materialização efetiva da emancipação passa pelo empenho dos verdadeiros interessados no processo de direcionamento do trabalho com foco numa “educação para a contradição e a resistência” (ADORNO, 1995, p. 183), regida em prol do desenvolvimento da autonomia e da abdicação ao totalitarismo e da violência posta na sociedade capitalista.

Sob esse prisma, o presente artigo empenha-se em pensar o procedimento de construção de uma subjetividade em que o *Ego*, de forma consciente, submete o *Id* a um constante processo de deliberação reflexiva. Nesse procedimento de construção da subjetividade, será considerada, além da dimensão psicológica e subjetiva, a dimensão política de construção de novas instituições, entre elas a escola, capazes de oferecer aos sujeitos históricos a oportunidade de se autoproduzirem como sujeitos que se autodeterminam. Assim, torna-se necessário compreender as dificuldades que se objetam à emancipação na sociedade contemporânea.

CIVILIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DE ADORNO E FREUD

Ao abordar a temática “civilização e violência”, em sua correlação com a educação, a questão que se propõe é a de tentar compreender essa relação na produção do conhecimento como componente que pode favorecer a reflexão sobre os nexos culturais. Esses nexos comportam em si demandas objetivas e subjetivas capazes de ressoar nas e pelas relações de dominação, vinculadas na tensa ambivalência existente entre ideologia, liberdade, opressão, violência e alienação.

Com essa abordagem, será analisado o marco histórico de instauração e concretização do capitalismo, alentado pelos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade e suas incongruências. Essa reflexão possibilitará a compreensão do sentido da subjetividade e seus efeitos em uma sociedade regida pela indústria cultural. Para tanto, adota-se a concepção da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especialmente de Adorno e Horkheimer, na tentativa de entender a cultura e as estruturas que conduzem tanto a dominação quanto a possibilidade de emancipação.

Nas questões dedicadas à compreensão do inconsciente e suas manifestações no sistema psíquico do sujeito, este estudo estabelecerá um diálogo com a teoria psicanalítica, fundada por Sigmund Freud. Para o psicanalista ([1930] 2006), o sujeito vive a contradição, pois ele é efeito da ambivalência, da perda; na maioria das vezes, sujeito do desejo do outro. Com efeito, a dimensão estrutural do inconsciente é a própria língua manifestada, de modo impreciso, por meio do sujeito falante, isto é, daquele que sempre fala sem saber o que diz. Nessa perspectiva, a psicanálise ensina sobre a impossibilidade do uso de certo objeto para completar a falta constitutiva do sujeito. Essa falta, fenda aberta no psiquismo, fundamenta a subjetividade e faz com que o traumático, reportado à pulsão, admita um resto inassimilável pelo fato de a representação não conseguir refrear toda a energia libidinal no aparelho psíquico. Assim, são as palavras que tornam simbolicamente

tolerável esse vazio e, conseqüentemente, o gozo daí sucedido. Por meio das palavras, a pulsão pode ser vinculada a um representante que lhe dá uma direção. Nesse processo, “somos obrigados a supor que ele está sendo ativado no momento, embora no momento não saibamos nada a seu respeito” (FREUD, [1932] 2006, p.123). Isso acontece porque o sujeito não pode ser totalmente dominado e sabido. Ele é, antes de tudo, relacional e está sempre por se instituir.

Em face disso, a psicanálise comparece na teoria crítica como elemento teórico apropriado para desvelar os mecanismos do processo de fundação e constituição da sociedade. Na medida em que apreende o conflito psíquico como elemento nuclear na dialética da existência humana e na relação entre sujeito e objeto, a psicanálise possibilita a compreensão da tensão existente entre a coletividade e a individualidade. Nas palavras de Freud ([1930] 2006, p. 137), “o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa”. Essa perda acontece porque a civilização é uma ordem social progressiva que promove a repressão. Isso implica pensar o desenvolvimento do processo civilizatório como um mecanismo acompanhado pela constante ameaça de implosão da civilização pelo desejo suprimido.

Conforme Adorno e Horkheimer (1986), a humanidade encontra-se em avançado nível de desenvolvimento, no entanto, ela é compelida a regredir a estágios essencialmente primitivos porque a razão vem tecendo, no curso da história, um modelo de sociedade tirânica e totalitária fundamentada no ideário da completude. Essa compreensão encontra ecos na afirmativa freudiana sobre a civilização. Para o psicanalista, a civilização gera também a anticivilização e isso acontece porque os impulsos estão distantes da satisfação das inúmeras necessidades, na maioria das vezes, submissas às aspirações de violência e consumo. Na atualidade, a ideia de felicidade é cingida por convicções hedonistas, fundamentadas no entendimento de que o desconforto e o sofrimento devem ser eliminados em prol de um projeto de *felicidade absoluta*, alcançado a qualquer custo, até mesmo por meio da violência, ou seja, independentemente das condições que se preza.

Freud, desde os estudos iniciais, se compromete em desvelar o modo de interação entre homem e sociedade. No *Projeto para uma psicologia científica* ([1895]1996), ele apresenta a ideia de que os processos primários e os secundários equivalem a deslocamentos de energia mental, os quais objetivam a descarga motora da excitação movida pelo jogo pulsional. Esse jogo provém da articulação instituída entre os processos mentais de ordem primária, o princípio do prazer (identidade de percepção), e secundária,

o princípio de realidade (identidade de pensamento). A partir desse entendimento, pressupõe-se que a interação entre homem e sociedade se dá num conflito constante, iniciado na passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade.

O processo primário, inconsciente, governado pelo princípio do prazer, está associado à satisfação pontual com um único objetivo: impedir o desprazer. Os processos primários, ligados às funções do inconsciente, não reconhecem a interdição e exigem satisfação plena da excitação. A atuação desse princípio liga-se “[à] livre descarga das quantidades de excitação” (FREUD, [1900] 2006, p. 623). Esse mecanismo tem dupla função: a de evitar que irrompa no psiquismo uma quantidade excessiva de excitação, e a de resguardar uma quantidade de energia para que o organismo possa efetivar as ações específicas que garantam a sua sobrevivência.

Distinto do processo primário, o secundário, pré-consciente, é orientado pelo princípio de realidade. Esse princípio, mediante as catexias que emanam de si mesmo, tolhe sua descarga e “transforma a catexia numa catexia quiescente, sem dúvida com uma elevação simultânea de seu nível” (FREUD, [1900] 2006, p. 623). A partir das reflexões sobre o encadeamento das catexias, o princípio de realidade, centrado no desprazer, inibe o escoamento de energia mental, acarretando um retardamento da descarga de forças. Essa forma de controle de energia altera a realidade por meio da ação. Assim sendo, no processo secundário, o acúmulo de energia depende da oposição de uma resistência à descarga. Ora, a renúncia leva à reflexão, que, por sua vez, produz, com efeito, uma possível elaboração.

Segundo Freud ([1920] 2006), o elemento de diferença balizar da relação entre o princípio de prazer e de realidade incide, essencialmente, na relação que o sujeito sustenta com a sua satisfação e na forma como é acionada a quantidade de energia que circunda no aparelho psíquico. No processo de maturação e diferenciação do ego, o sujeito, gradativamente, passa a exercer a competência de procrastinar a descarga de energia até que as conjunturas ambientais lhe sejam favoráveis, ou seja, ele contrai a capacidade de tolerância. A esse respeito, Freud diz que,

sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o princípio do prazer é substituído pelo princípio da realidade. Este último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer ([1920] 2006, p. 20).

O fragmento acima, retirado do texto freudiano ([1920] 2006), permite apreender que a substituição do princípio de prazer pelo de realidade, com todos os efeitos psíquicos envolvidos nessa operação, não acontece linear ou objetivamente. Com esse procedimento, a substituição de um princípio pelo outro, conforme mencionado, incide na condição de existência da sociedade. As ideias de Freud a esse respeito apresentam as implicações decorrentes da convivência na sociedade e demarcam, conseqüentemente, a tensão existente entre o sujeito e a coletividade. Segundo o psicanalista, a satisfação impede a civilização. Dessa maneira, para conviver socialmente, o homem carece “abrir mão” de desejos provenientes de impulsos instintuais. Nessa perspectiva, é preciso considerar o fato de que a civilização é edificada a partir do processo de “renúncia à pulsão”, ou seja, da “não satisfação”, controlada pela “frustração cultural” (FREUD, [1930] 2006, p. 103-104), elemento capaz de conter a complexa rede de articulações sociais.

Freud, não somente em *O mal-estar na civilização* ([1930] 2006), mas também em escritos precedentes, como *Totem e tabu* (1913), compreende a cultura como efeito da afluição da energia psíquica pulsional retida. Esse processo aborta a satisfação dos desejos do sujeito em benefício do enfrentamento *versus* as necessidades objetivas da preservação da vida societária. Ora, a vida não pode se limitar ao campo de atuação das formas de administração das populações. À luz da compreensão freudiana, para a pesquisadora Silvia Rosa Silva Zanolla (2010, p. 118), do “reconhecimento da necessidade desse enfrentamento e de suas contradições dependerá a possibilidade de se manifestar humanamente e, conseqüentemente, tornar-se sujeito da cultura”. Nesse ponto, Zanolla (2010) entende que é a sublimação das pulsões o motivo por que Freud trata da questão imprescindível de canalização da energia libidinal para a efetivação de ações produtoras de cultura via sublimação. Para a autora, é possível considerar que as pulsões sublimadas dão origem à civilização. Elas, por sua vez, tornam perene a luta pela existência e inesgotável o conflito entre o princípio de prazer e o princípio de realidade (FREUD, [1930] 2006, p. 103). Nesse caso, a sublimação no âmbito do desenvolvimento da civilização é necessária, pois nela se encontra o elemento promotor das atividades psíquicas superiores científicas, artísticas, educacionais ou ideológicas.

Com efeito, ao analisar os desdobramentos da sociedade contemporânea, dominada pelo imediatismo, pelo autobenefício e pela violência, nota-se uma proeminência do princípio do prazer. De modo especial, na sociedade capitalista, a busca pela satisfação imediata incita a violência e, em detrimento das pulsões para ações sociais, essa desenfreada

busca pela satisfação do desejo não permite a sublimação, pelo contrário, ocorre nesse processo a dessublimação.

Nas palavras de Marcuse (1979), no cerne da dessublimação está

o aplanamento do antagonismo entre cultura e realidade social por meio da obliteração dos elementos de oposição, alienígenas e transcendentais da cultura superior, em virtude do que ela constitui outra dimensão da realidade. Essa liquidação da cultura bidimensional não ocorre por meio da negação e da rejeição dos “valores culturais”, mas por sua incorporação total na ordem estabelecida, pela sua reprodução e exibição em escala maciça (MARCUSE, 1979, p. 69-70).

Nesse sentido, é possível aferir que a assimilação totalitária do ideal pela realidade evidencia a derrocada do primeiro. O ideal é desconjuntado do reino sublimado do espírito e subjugado pelos artifícios operacionais que aparelham a sociedade. As expressões singulares da cultura, sobretudo, se subordinam a uma cultura gerada pela lógica da mercadoria.

Nesse contexto, importa salientar que a busca pela satisfação do desejo em sua dimensão mais imediata e sem adiamento (mediações) também realiza uma forma de satisfação pulsional, sendo ela expressão da dualidade da pulsão (vida e morte). A forma imediatista de relação com o objeto suprime a tensão dialética entre o ideal e o real, entre o conhecer o objeto e o apoderar-se dele para “devorá-lo” ou dominá-lo. Operar com essa tensão conjetura o desenvolvimento de habilidades instigadas e sustentadas pelo contexto das relações familiares, sociais e culturais capazes de proporcionar ao sujeito uma gama de forças para lidar com o sofrimento, denominado por Freud de *mal-estar na civilização*.

Conforme expõe Adorno (1995), o sujeito e o objeto dependem-se mutuamente. Sendo assim, “o objeto, mediante o sujeito, e o sujeito, mediante o objeto” (ADORNO, 1995, p.183), fazem com que o sujeito cognoscente, independente de sua natureza, tenha sua realidade mediada e enfrenta o objeto de conhecimento. A mediação torna-se o elemento capaz de garantir o traço entre sujeito e objeto. Ela é a relação e a forma como o sujeito cunha a consciência acerca do aprimoramento da racionalização e da reflexão crítica. Nesse processo, estão coevas tanto as forças que geram a emancipação quanto a efetivação da dominação.

Dessa maneira, as próprias relações dos homens são enfeitiçadas, e o sujeito é reduzido “a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo” (ADORNO, 1995, p.40). A civilização por meio do “saber”, da supervalorização dos bens privados, da

instrumentalização da razão e da busca desenfreada pela satisfação absoluta captura integralmente o eu e o

[...] reduz a um elemento dessa inumanidade, a qual a civilização desde o início tentou escapar. Concretiza-se assim o mais antigo medo, o medo da perda do próprio nome. [...] Ao subordinar a vida inteira às exigências de sua conservação, a minoria que detém o poder garante, justamente com sua própria segurança, a perpetuação do todo (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p. 42-43).

Para esses autores, no processo de controle e domínio da natureza, os sujeitos “detentores do saber” subjugam outros seres humanos, degradando-os à condição de artefatos da natureza dominada, transformando-os em sujeitos da abstração. Nesses parâmetros, o desenvolvimento da sociedade ocidental, pautado no esclarecimento e na ação técnica, em vez de proporcionar aos seres humanos a libertação das demandas mercadológicas, aprisiona-os à promessa do progresso e da autonomia. Essa forma de controle e dominação pelo cálculo promove, de acordo com os referidos autores, a barbárie. Desse modo, “a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p. 11). O homem não se emancipa, torna-se sobrepujado pelo próprio esclarecimento deduzido, pelas demandas da cotidianidade. Na pretensão de dominar a natureza, de suprimir as incertezas, o ser humano é instrumentalizado e o esclarecimento se faz totalitário em nome de direitos universais, pela razão do mercado. Assim,

Ao disciplinar tudo o que único e individual, ele permitiu que o todo não-compreendido se voltasse, enquanto dominação contra o ser e a consciências dos homens. Mas uma verdadeira práxis revolucionária depende da intransigência da teoria em face da inconsciência com que a sociedade deixa que o pensamento se enrijeça. Não são as condições materiais da satisfação nem a técnica deixada à solta enquanto tal, que a colocam em questão. Isso é o que afirmam os sociólogos, que estão de novo a meditar sobre um antídoto, ainda que de natureza coletivista, a fim de dominar o antídoto. A culpa é da ofuscação em que está mergulhada a sociedade (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p. 51).

A partir dessa concepção, não se pode responsabilizar de forma isolada a técnica pela barbárie, assim como também não é possível adotá-la sem o exercício da reflexão. É preciso refletir sobre a práxis e as suas contradições. Não se trata simplesmente da indicação de antídotos. A questão que se coloca, portanto, está assentada no fato de que a mediação

tanto forma quanto deforma. Nessa lógica, se a principal proposição de esclarecimento da humanidade era a de uma total dissolução dos mitos e uma substituição estrutural da dimensão imaginária por algo mais esclarecido, o método, que permitiria, de fato, o poder sobre a verdade, não se efetiva. Isso ocorre porque a busca de uma verdade teórica objetiva sobre uma realidade nem tão objetiva assim produz uma nova forma de mistificação. Essa nova mistificação é perpassada por uma visão reificante, avocada pelo homem em sua relação com a natureza. Nessa relação, o homem é profundamente transformado à medida que “a dominação universal da natureza volta-se contra o próprio sujeito pensante; nada sobra dele senão justamente esse *eu penso* eternamente igual” (ADORNO, 1986, p. 38, grifos do autor).

Nessa perspectiva, a realidade objetiva, assim como a subjetiva, é subsumida pelo fato de não se deixar conhecer por suas contradições, pois não podem ser desveladas num processo de fetichização da aparência dada. Assim, apenas ele (o sujeito) pode refletir sobre a realidade, logo, a diferença fundamental entre sujeito e objeto reside na subjetividade. Desse modo, a existência do sujeito está consubstanciada em conflitos, atrelados aos múltiplos interesses que caracterizam a vivência no objeto como realidade histórica. Segundo Adorno,

[e]m sentido estrito, a primazia do objeto significaria que não *há* objeto que esteja abstratamente contraposto ao sujeito, mas que necessariamente aparece como tal; seria preciso eliminar a necessidade dessa aparência ilusória. Mas também não há propriamente sujeito. Sua hipóstase no idealismo leva a absurdos. Eles poderiam ser resumidos nisto: a determinação do sujeito inclui dentro de si aquilo a que ele se contrapõe [...]. Ele já é objeto na medida em que esse *há* implícito na doutrina idealista da constituição — tem que haver sujeito para que este possa constituir qualquer coisa que seja — foi tomado, por sua vez, da esfera da facticidade. O conceito daquilo que há não significa outra coisa do que algo existente [*Daseiendes*] e, como algo existente [*Daseiendes*], o sujeito cai a “*priori*” sob o objeto (ADORNO, 1995, p. 196-197, grifos do autor).

Nota-se que a relação entre sujeito e objeto não é pacífica e linear. Ela traz em si uma significativa carga de tensão e contradição, delineada por uma íntima inter-relação e, ao mesmo tempo, por um espaço de embate entre a subjetividade e a objetividade; entre a dimensão individual e a coletiva do homem. Esse sujeito, manipulado pela necessidade do gozo que se resvala no consumo, tenta fugir da frustração e do sofrimento. Via análise dos desdobramentos da sociedade capitalista, cada vez mais violenta, defensora da satisfação imediata, apreende-se que o conflito entre a realidade objetiva

e a subjetiva vem sendo “trocado” pela consagração imperiosa do existente, a fetichização.

A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO

Na concepção de Adorno (1995), o apartamento do sujeito da realidade objetiva, em vez de promover a compreensão de sua construção histórica e material, cede lugar a uma concepção de realidade naturalizada e fetichizada. A esse respeito, Zanolla, baseada nos pressupostos de Marcuse (1967), pontua que

[...] o perigo de uma espécie de pseudossублиmação perpassa a relação entre o sujeito e suas possibilidades de uma real elaboração [...]. Nesse processo, as contradições da própria educação precisariam ser reconhecidas de maneira consciente: sua idealização e sua otimização através de métodos e metodologias, inclusive aquelas justificadas pela práxis, podem levar a prática escolar à submissão da cultura pela fetichização e coisificação da teoria e da prática (ZANOLLA, 2010, p. 118).

Com base nesse pressuposto, é possível verificar que o contexto atual de educação se mostra adequado ao princípio do prazer, inerente à sociedade capitalista, consumista e imediatista. Segundo Adorno (1995), a cultura da sociedade capitalista impõe à escola mecanismos de construção da heteronomia, levando o homem a ser análogo ao coletivo e perder, assim, sua individualidade. Em consequência disso, o homem perde também a habilidade de pensar e de atuar com autonomia, de ser fraterno e valorar o próximo. Assim sendo, devido às clivagens produzidas pelos processos de socialização da libido e das pulsões, o homem é induzido a seguir os preceitos basilares da “nova” cultura mundial, quais sejam: o hedonismo, o narcisismo, a violência etc.

Essa fantasiosa denominação esclarecida afeta os arcabouços da sociedade e, por conseguinte, expande seus ecos na escola e nos processos educativos. Para Charlot (1997), a violência na escola pode ser entendida como um conjunto de incivildades, isto é, de frequentes atentados ao direito de cada um ser respeitado em sua singularidade. Logo, a tensão cotidiana comparece com mais intensidade que a violência tomada como agressão física. Em suas palavras: “Essa tensão se mantém e exacerba a incivildade; e explode sob a forma de crises – injúrias, rixas, tumultos, pancadas, etc” (CHARLOT; ÉMIN, 1997, p. 20). Assim, nesse ímpeto para atingir a concretização de seus desejos, os sujeitos debelam tudo e todos. No entanto, o *superego*,

por laborar lado a lado com o princípio de realidade, exige dos sujeitos aquilo que não corresponde à autopreservação.

Segundo Zanolla (2010), o sujeito fica submetido à categoria da indiferença e da dificuldade de reconhecimento dos cogentes valores éticos universais. Tais valores entram em tensão com os anseios imediatos do sujeito e o impossibilitam de se identificar com seus semelhantes. A submissão à categoria da indiferença promove comportamentos regressivos e de onipotência, reproduzindo a barbárie. É legítimo, portanto, pensar que a fronteira entre o sujeito e a sociedade é o lugar no qual se encontram as motivações subjetivas e objetivas da barbárie. Nessa mesma fronteira, há a identificação da função da educação como elemento mediador entre o sujeito e o objeto.

Sob o intento da modernização² das relações sociais e com vistas à inserção dos recursos das novas tecnologias da informação, a escola comparece como participante de um todo em que o sujeito também é dirigido pelo princípio do prazer, instaurado e restaurado pela sociedade capitalista. Nesse sentido, como efeito da lógica imediatista, imposta pelo capitalismo, a educação tende a ser tratada como uma mercadoria, fonte de alienação e não de transformação. Descaracterizada de sua função primordial, a de ser ambiente de educação e veiculação do ideal de autonomia, a escola passa a atender às reivindicações do mercado, promovendo a transmissão aligeirada de competências e habilidades em nome da competitividade. Nesses moldes, a educação adquire um estilo pragmático e utilitarista e a escola, por sua vez, deixa de atuar como ponto de resistência diante do processo de coisificação do sujeito.

As ditas políticas de modernização das práticas educativas estão fundamentadas em relações de produção que exigem a automação das relações sociais. A indústria cultural envolve, também, a prática educativa e, com isso, a difusão de maneira acrítica do individualismo na valorização do prazer imediato. Há, pois, uma busca desenfreada de satisfação em substituição aos princípios éticos da sociedade ocidental, os quais preconizam o trabalho e a disciplina como essenciais à construção do futuro. Em amplo processo de expansão, a escola se transforma em um dos setores de comércio da indústria cultural. Nesse contexto, os estudantes, “tomados” pela cibercultura, consomem desregradamente produtos e serviços tecnológicos da indústria cultural. Tais aparatos emolduram o padrão dos jovens estudantes e os colocam “anteados” à realidade da intolerância.

De acordo com Adorno, compreender a realidade em que se vive e analisá-la criticamente são pré-requisitos para a formação na escola. Ao agir

de forma contrária à formação emancipatória, a escola promove a massificação do ser humano, levando-o, gradativamente, à construção de uma identidade alienada. O sujeito alienado cede facilmente aos escopos da indústria cultural e da *ratio* instrumentalizada. Diante dessa realidade, torna-se necessário resgatar a menção de autonomia, outrora reprimida pela adaptação dos conteúdos escolares aos interesses do mercado. É urgente e necessário pensar a escola e a educação para além da adaptação e do condicionamento social, promotores do enclausuramento do sujeito. A esse respeito, Adorno (1994, p. 35) salienta que “a educação só teria pleno sentido como educação para a autorreflexão crítica”.

A par da compreensão adorniana, o processo de autonomia é o caminho para a recusa e a resistência ao totalitarismo. O sujeito autônomo e individualizado encontra possibilidades de resistência à opacidade do seu ser. Nessa perspectiva, ele é capaz de compreender e analisar a condição de indiferença em relação aos dados concretos da realidade e da cultura, bem como de avaliar toda forma de alienação e reificação em que se encontra encarcerado. Educar compreende, portanto, repressão, renúncia e rejeição da fusão entre sujeito e realidade, logicamente, uma atitude de cautela diante do princípio do prazer, enfatizado pela sociedade atual.

Para Adorno (2006), a barbárie é o avesso da formação, portanto, o arrefecimento do ser humano à condição de objeto. A transformação dessa situação, segundo o autor, encontra na escola um *lócus* privilegiado, pois nesse espaço é possível desbarbarizar a sociedade. Assim, “a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola” (ADORNO, 2006, p. 116). Conforme o exposto, do ponto de vista da sociedade, é fundamental que a escola, ciente do “pesado legado de representações que carrega consigo” (ADORNO, 2006, p. 117), cumpra sua função colaborando para o processo de desbarbarização da civilização. Para que isso ocorra, o autor considera indispensável que a escola e os professores dispam-se de pré-conceitos de ordem conceitual, psicológica ou prática, os quais ressoam, de alguma forma, como atos violentos.

Sob esse ponto de vista, a desbarbarização implica a superação de tabus, de representações inconscientes ou pré-conscientes, fixadas coletivamente no decorrer da história. Esses tabus, modeladores de visões sobre os objetos e os sujeitos, comparecem como elementos da cultura e promovem o retrocesso do homem. A identificação com imagens supérfluas; o magistério visto como uma profissão de fome; a renúncia à autodeterminação; o professor como responsável por castigos físicos; a hierarquização oficial e não oficial vigente nas escolas; a exigência do prazer imediato, a ênfase

numa objetividade científica que impede a articulação entre sujeito e objeto; a exteriorização, a insistência na não diferenciação, no medo do conflito e na repulsa às contradições, constituem alguns tabus cristalizados na sociedade e que insistem em permanecer na cultura.

Tendo em vista a emancipação do homem, Adorno compreende que a educação precisa contemplar a contradição e a resistência como condição de sobrevivência. Nessa perspectiva, a educação, mediada por um projeto teórico-político, fortalece a subjetividade individual, logo, excede qualquer forma de reificação. Desse modo, a emancipação, para Adorno, é pressuposto da democracia, sendo a própria formação humana, cujo foco é a autonomia numa perspectiva coletiva. Sobre essa questão, Adorno (2006, p. 142) ressalta que “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado”.

O ensino, nesses parâmetros, constitui-se como elemento de resistência à indústria cultural na medida em que colabora para a formação da consciência crítica e possibilita ao sujeito desvendar as contradições da sociedade. Trata-se de um projeto político capaz de libertar da opressão e da massificação. Essa formação incide na própria humanização do homem, mediante um devir, ou seja, um modo de ser caracterizado tanto pela emancipação quanto pela qualidade de sujeito autônomo. Ao se contrapor legitimamente à condição social de pura adaptação e conformismo à realidade em vigor, o processo educativo, conforme Adorno, é a possibilidade real de se evitar a repetição da barbárie.

Nessa abordagem, a educação emancipatória não é um mero processo institucional e instrucional, sua esfera aparente não se sustenta pela retórica, mas sim pela identificação da contradição social que tolhe a aptidão para a experiência formativa autônoma. Ela se constitui essencialmente no investimento formativo do humano, seja na peculiaridade da relação pedagógica e política, seja no campo da relação social e coletiva. A educação não concerne tão somente à formação da consciência de si, pois, na verdade, ela é imanente ao sujeito da história real.

Como aprimoramento moral, a educação não se resume a um simples enquadramento social, visto que postula a interpretação e a transformação da sociedade e do conhecimento como premissa básica de uma educação emancipatória. A função da educação é garantir, via exercício da “autorreflexão crítica”, a sobrevivência da formação cultural numa sociedade que a espoliou de suas bases.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações esboçadas neste estudo permitem inferir que tanto Freud quanto Adorno relacionam “sujeito” e “objeto”, articulando-os às contradições implicadas no processo civilizatório. A partir dessa compreensão, é preciso reconhecer a importância dos “instintos” e das “pulsões” para pensar a transformação da libido e de seus conflitos. Com base em Freud, não existe um caminho natural para a elaboração da sexualidade humana, assim como não há uma forma exclusiva de satisfazer o desejo, e isso impõe ao sujeito a sina de estar sempre insatisfeito. Essa insatisfação humana está presente na sociedade capitalista atual, cujo sistema econômico promove uma crescente impotência nas pessoas, obrigando-as a adaptar-se ao existente. Tal adaptação causa uma dolorosa busca por um projeto de realização filiado aos princípios do capital.

Ao tratar da temática da civilização, Freud ([1930] 1996) evidencia a importância do funcionamento do princípio de prazer. Esse princípio, entendido como um modo de organização, rege o psiquismo e baseia-se na busca de prazer instintual e na inibição do sofrimento. Para o psicanalista, cultivar uma condição subjetiva de prazer isenta de desprazer encontra-se na ordem do impossível, isso porque o mundo externo não admite a satisfação irrestrita. Assim sendo, as demandas psíquicas, entre elas o breve tempo da experiência de prazer e a necessidade do contraste, possibilitam o entendimento de que o nível de desprazer precede o de prazer elaborado. Conforme essa proposição, a repressão dos instintos, bem como o valor de sua contradição, é fundamental ao processo civilizatório, pois leva o sujeito à identificação com a realidade exterior e com as promessas de satisfação próprias da sociedade capitalista.

Assim, com a iniciação do princípio de realidade, o ego separa-se do mundo externo, impondo ao “prazer um longo desvio que implica a postergação de uma satisfação imediata, bem como a renúncia às diversas possibilidades de consegui-la, e a tolerância provisória ao desprazer” (FREUD, [1920] 1996, p.137). Nessa perspectiva, a vida social exige sacrifícios pulsionais da ordem do desejo, causando, por sua vez, aos homens certo *mal-estar*. Esses sacrifícios constituem uma condição imprescindível para a existência da sociedade, uma vez que, sob o comando do princípio de realidade, a satisfação é procrastinada e o desprazer admitido. Para conservar a vida, o alcance imediato do prazer encontra-se em segundo nível, na medida em que as exigências individuais são debeladas às do meio social.

Embora o ego atente para a devotada tentativa de conciliar desejo e defesa, a sociedade capitalista prima pelo imediatismo e pela violência. Essa sociedade, por meio de diferentes mecanismos, induz as pessoas a se esquivarem da realidade, via inserção no “mundo dos prazeres” das “satisfações imediatas” e da “seletividade”. Nesse contexto, prevalece a ideia de evolução, tecnologia e racionalização dos atos em prol do ideário dominante de interdição das expressões da lei, da própria autoridade fundante da vida social. Tendo em vista tal proposição teórica, entende-se que o capitalismo instaurou uma nova ordem, contrária à emancipação do pensamento e à autonomia. Trata-se da tentativa de superar a tensão existente entre vida e morte, sujeito e objeto, oferecendo a ilusão de que a racionalidade, a tecnologia e a violência podem sanar em absoluto os conflitos que manejam a humanidade.

Isso promove um novo modo de subjetividade, o qual instiga o individualismo e impossibilita a emancipação. As demandas dessa nova ordem, acatadas pelos mecanismos da indústria cultural, incidem em dessublimação, em vez de sublimação, e corroboram o falseamento “da barbárie no cotidiano, em sua racionalidade e ações” (ZANOLLA, 2010, p.118). Assim, a barbárie é elevada a extremos como a perda da capacidade de experimentar a liberdade e a independência.

Nesses parâmetros, um projeto educativo, com foco na humanização, deve atentar-se para a repressão racionalizada, fundamental à sobrevivência do sujeito e da própria civilização. Deve também expor as contradições da sociedade, a fim de favorecer posicionamentos e tomadas de consciência. A educação, nessa perspectiva, emancipa o homem e o torna capaz de lutar de forma válida para a superação de suas atuais condições de vida. Logo, urge que a educação implique resistência e, sobretudo, reafirmação da tensão existente entre sujeito e objeto.

Artigo recebido em: 03/04/2018

Aprovado para publicação em: 18/06/2018

CIVILIZATION, VIOLENCE AND EDUCATION: A READING FROM FREUD AND ADORNO

ABSTRACT: This article proposes the reflection on some points of the thinking of Adorno and Horkheimer and the Freudian theory, emphasizing the thematic of the existence and the violence in the tension between the collective and the individuality. In order to do so, it seeks to identify the roots of the conflict between the drives and the culture and the form that repression appears in civilization. Under this theoretical framework, reflection on individual-society will aim to highlight apparent and abstruse

frames and links operative in the civilizing process in resistance and opposition to the consubstantiation of the subject with the external reality and the vows of violence foreshadowed by capitalist society.

KEYWORDS: Civilization. Repression. Violence. Education. Humanization.

CIVILIZAÇÃO, VIOLENCIA Y EDUCACIÓN: UNA LECTURA A PARTIR DE FREUD Y ADORNO

RESUMEN: Este artículo discute algunos puntos del pensamiento de Adorno y Horkheimer y de la teoría freudiana, destacando el tema de la existencia y la violencia en la tensión entre la colectividad y la individualidad. Para ello, se busca identificar las raíces del conflicto entre las pulsiones y la cultura y cómo la represión aparece en la civilización. En este marco teórico, la reflexión sobre individuo-sociedad tendrá el objetivo de enaltecer tramas y enlaces aparentes y complicados que actúan en el proceso civilizatorio en resistencia y oposición a la consubstancialización del sujeto con la realidad exterior y los votos de violencia presagiados por la sociedad capitalista.

PALABRAS clave: Civilización. Represión. Violencia. Educación. Humanización.

NOTAS

1 Entende-se, neste artigo, que Freud, em sua obra, faz uso dos termos “instintos” e “pulsões” por reconhecer que tanto o conceito de pulsão quanto o de instinto, se cindidos, não abrangem a complexidade do postulado psicanalítico. Na elaboração de Freud, há um processo dialético entre pulsão e instinto, a coexistência de uma relação de complementariedade e contraposição. Sendo assim, o sujeito seria tanto pulsional (aquilo que não se finda na satisfação) quanto instintivo (desejo que se satisfaz via realização).

2 Para Adorno (2006), de certo modo, os arquétipos tecnológicos que medeiam os processos educativos têm a mesma racionalidade técnica atrelada à ideia de avanço social, uma vez que o processo de desenvolvimento da tecnologia está vinculado, profundamente, aos interesses daqueles que detêm os bens de produção e o domínio socioeconômico na sociedade, favorecendo, por isso, o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. A teoria da semicultura. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. *Educação e Sociedade*, Revista de Ciência da Educação, n. 56, ano XVII. Campinas: Cedes/Papirus, dez. 1997.

_____. *Sociologia*. Organização de Gabriel Conh. Tradução de Flávio R. Kothe, Aldo Onesti e Amélia Conh. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. (1986). *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

CHARLOT, B; ÉMIM, J-C. (Coord.). *Violences à l'école: état des savoirs*. Paris: Armand Colin, 1997.

FREUD, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v.1.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v.4-5.

_____. (1920) Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v.18.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v.21.

_____. (1932). A dissecação da personalidade psíquica. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 22.

_____. (1913). Totem e tabu. In: FREUD, S. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 13.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise – o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/1985.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

ZANOLLA, S. Educação e barbárie – aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. *Sociedade e Cultura*, v. 13, p. 380-395, 2010.

DAYANNA PEREIRA SANTOS: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2004), mestrado e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação/UFG. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Tem experiência na área da psicanálise, dos estudos da Educação, com ênfase nas seguintes questões/temas: infância, constituição subjetiva, escrita, psicanálise, educação inclusiva/formação, conceitos fundamentais da clínica psicanalítica e psicologia escolar. É pesquisadora nos projetos Entraste: subjetividade, arte e clínica (UFG) e Panecástica- Grupo de Estudos e Pesquisas – Homem, Trabalho e Educação Profissional Tecnológica (IFG).

E-mail: dayannagyn@hotmail.com
